

**MITIFICAÇÃO E MISTIFICAÇÃO NA HISTÓRIA
DA CIÊNCIA: A PSICOLOGIA, A GRANDE
GUERRA E O “GRANDE EVENTO DA DÉCADA”**

—
**MYTHIFICATION AND MYSTIFICATION
IN THE HISTORY OF SCIENCE:
PSYCHOLOGY, THE GREAT WAR AND THE
“GREAT EVENT OF THE DECADE”**

Pedro Urbano

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

ORCID: 0000-0002-7547-3035

RESUMO

O episódio da aplicação de supostos testes de inteligência (“Army Alpha” e “Army Beta”) aos recrutas do exército norte-americano, em vésperas de partir para a Grande Guerra na Europa, foi amplamente celebrado pela corrente dominante da Psicologia como um acontecimento maior da sua história. O presente ensaio considera, todavia, tal episódio como um exemplo de mitificação e mistificação da história da Psicologia e, de um modo geral, da Ciência. Mais concretamente, como uma tentativa de apropriação da disciplina pelo dogma e pelo preconceito, no contexto da subjugação do conhecimento científico (e da sua busca) ao fanatismo e ao fundamentalismo, assim como da utilização pervertida e fraudulenta da autoridade científica para pro-

curar justificar e validar políticas sociais mais do que simplesmente duvidosas, como o racismo.

Palavras-chave: Epistemologia; História da Ciência; História da Psicologia; Testes de inteligência.

Abstract: The episode of the application of alleged intelligence tests ('Army Alpha' and 'Army Beta') to US Army recruits, on the eve of leaving for the Great War in Europe, was widely celebrated by mainstream psychology as a major event in its history. The present essay considers, however, such an episode as an example of mythification and mystification of the history of psychology and, in general, of science. More specifically, as an attempt to appropriate the discipline by dogma and prejudice, in the context of the subjugation of scientific knowledge (and its search) to fanaticism and fundamentalism, as well as the perverted and fraudulent use of scientific authority to seek to justify and validate more than just dubious social policies, such as racism.

Keywords: Epistemology; History of psychology; History of science; Intelligence tests.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS¹

Não é fácil, nem é gratificante, tentar simplificar uma matéria complexa. Sobretudo se tal matéria, além de complexa (pela sua própria natureza ou essência), for intrincada na sua organização. Se, mais precisamente, for composta por uma grande quantidade de coisas, desordenadas e dispersas ou, pelo contrário, emaranhadas, formando um conjunto confuso que é preciso, desde logo, ordenar.

Aceite-se, contudo, *arguendo*, que não existe muitas vezes outra escolha. Aceite-se que é por vezes necessário simplificar ou reduzir

¹ O presente ensaio retoma, com adaptações, algumas das proposições defendidas na dissertação *Da história e epistemologia da Psicologia* (Urbano, 2007).

o tema em estudo². Seja por razões de conveniência de exposição, seja, por exemplo, para conseguir desse modo trazer um pouco de claridade a um tópico obscuro.

Aceite-se de igual modo, por razões que serão traçadas adiante, que a matéria histórica em Psicologia é uma dessas matérias: complexa, complicada e intrincada; mesmo não sendo particularmente extensa³. Talvez suceda o mesmo com a maioria das matérias históricas, quer em Ciência, quer fora dela. Ou talvez a complexidade da matéria histórica, no caso particular da Ciência, dependa estreitamente da complexidade e natureza do ramo científico em causa; ou do âmbito ou vastidão (ou de quaisquer outros traços distintivos relevantes) daquilo que estuda, fazendo com que, por exemplo, a história de uma ciência que lida com fenómenos não-lineares seja, *ipso facto*, mais complexa do que a história de uma ciência ocupada com fenómenos lineares. Ou talvez, ainda, existam dificuldades que surgem ciclicamente, ou transitoriamente, em determinadas (mas não em todas as) fases do desenvolvimento de cada ramo científico.

Aceite-se por fim, para efeitos práticos, que existe em Psicologia (enquanto disciplina académica e enquanto prática) uma corrente principal e dominante, tal como sucede ou já sucedeu noutros ramos da Ciência. Uma corrente que apresentei de forma extensa noutra local

2 Sem desenvolver o tema, pode-se referir a título de exemplo o reducionismo metodológico, uma estratégia que provou ser eficaz nos mais de três séculos de história da Ciência moderna. Estratégia que, todavia, deve estar sujeita a “vigilância permanente”, de modo a prevenir ou evitar os excessos que tendem a ocorrer com a sua utilização.

3 Aludo às muito citadas palavras que Hermann Ebbinghaus utilizou para abrir o seu popular manual *Abriss der Psychologie* (1908), observando ter a Psicologia um longo passado ainda que a sua história (enquanto disciplina) fosse curta. Esta proposição, que acabou tornando-se uma fórmula ou mesmo um *slogan* da recém-criada disciplina científica, não deixa de captar um paradoxo muito próprio da Psicologia e de outras ciências sociais e humanas: o facto de, adaptando as palavras de Bachelard (1971), poderem ser epistemologicamente consideradas como domínios de pensamento que não rompem nitidamente com o conhecimento vulgar, tal como sucede com as ciências físicas. O nascimento formal da Psicologia enquanto disciplina científica é recente, tendendo a aceitar-se a data de 1879 como um marco simbólico. Mas a psicologia popular já existia muito antes disso.

(Urbano, 2007)⁴, e da qual direi aqui, apenas, que pode ser descrita em termos brevíssimos como sendo originária dos Estados Unidos da América e como tendo, a partir da década de 1940, começado a tornar-se prevalente, primeiro na América, depois na Europa e enfim um pouco por todo o mundo ocidental ou sujeito à sua influência. Corrente essa que, de algum modo, se arrogou desde então a autoridade para definir o rumo e o destino da Psicologia.

Entenda-se então, caso se aceitem os pressupostos que acabei de enumerar, este ensaio sobre mitificação e mistificação na história da Ciência, ainda que circunscrito a um episódio específico na história da Psicologia, como servindo para ilustrar e defender a tese de que o gesto (raramente inocente) de mexer no passado, através da história, é uma forma de mexer no presente e, de algum modo, de condicionar o futuro.

1. DA MARCHA IMPARÁVEL DE CERTOS ACONTECIMENTOS

Como é sabido, e como (de qualquer modo) não podia deixar de ser, a História lida com acontecimentos de todos os tipos, gêneros, classes e categorias. Num dos extremos da escala, encontram-se os acontecimentos de natureza cósmica, contra os quais a humanidade nada pode fazer — porque não dispõe de conhecimentos suficientes para isso ou porque o grau de desenvolvimento tecnológico não o permite. Um exemplo concreto deste tipo de acontecimentos seria o da colisão de um corpo celeste contra o planeta. Num outro extremo, encontram-se acontecimentos, iniciados — de forma deliberada ou por

⁴ Apresentei com efeito na dissertação *Da história e epistemologia da Psicologia* (Urbano, 2007) uma descrição circunstanciada de tal corrente. A sua existência, a descrição dos seus principais traços (como ideologia, como sistema de poder, como paradigma, etc.) e a história da sua ascensão à posição de supremacia que ainda hoje ocupa, foram temas recorrentes dessa dissertação e constituem aliás uma das suas principais teses. Dada a complexidade do tema e dada a extensão dos argumentos que aí apresentei, remeto pois para a sua leitura, tendo a consciência de que estou a apelar à indulgência e compreensão de quem lê este pequeno ensaio.

acidente — pela mão humana, que não sendo necessariamente ecumênicos ou catastróficos, nem inevitáveis ou fatais, podem contudo atingir um limiar ou uma massa crítica, a partir dos quais acabam tornando-se, também eles, inelutáveis ou imparáveis; até ao seu esgotamento ou até se exaurirem as condições que os permitiram. Seja qual for a sua natureza ou origem, seja qual for a sua dimensão: do simples (salvo seja) incêndio florestal a uma pandemia de proporções bíblicas.

Existem obviamente, para além dessas duas categorias, uma infinidade de outros acontecimentos de gravidade ou alcance médios, mas considerem-se por um momento, para efeitos de argumentação, apenas aqueles acontecimentos que por alguma razão são, ou se tornam a certa altura, inelutáveis ou imparáveis; tenham ou não tido origem na mão humana. E considere-se nesses casos não tanto aquilo que é provável e humanal: o pânico, o sentimento de impotência ou de tragédia ou de conformismo da multidão. Considere-se antes aquilo que estando invariavelmente presente nestas ocasiões, tende a passar (compreensivelmente) despercebido: o oportunismo. O oportunismo mais básico, mais despido de escrúpulos, mais totalmente anético ou mais completamente maquiavélico, de algumas minorias que tendem a irromper no palco nesses momentos e que tudo farão para conseguir tirar proveito imediato ou duradouro das consequências (destruição, devastação, desordem, caos, anarquia). Da simples mas selvática pilhagem, como se os escombros fossem presas feitas ao inimigo; até ao mais ardiloso assalto e eventual conquista do poder, tantas vezes caído ou ferido, ou dos seus despojos. As grandes catástrofes naturais, tal como as grandes movimentações ou as revoluções sociais mais violentas, têm a particularidade — por vezes muito dolorosa — de gerar desordem e, nesse sentido, de criar um caleidoscópio de causas, de condições, de puros acidentes até, que atraem aqueles e aquelas que encontram aí oportunidades, quase sempre ilegítimas. Oportunidades de fazer nascer novos poderes; ou de perpetuar ou de reforçar velhos poderes. Perante, tantas vezes, a docilidade mais extraordinária da

multidão; talvez porque, tal como afirmou Tocqueville (1835, 1840), “[...] quando um tempo calmo sucede a uma revolução violenta, os grandes homens parecem desaparecer subitamente e as almas fecham-se em si próprias”⁵ (p. 218).

2. DA APROPRIAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS E DA SUA MEMÓRIA

Não é possível, por uma simples questão de lógica, impedir ou estacar uma marcha que por definição seja imparável — até ao seu esgotamento ou até se exaurirem as condições que os permitiram. Uma tal marcha não é, contudo, necessariamente caótica ou imprevisível, no seu desenrolar. Razão pela qual, dependendo da sua natureza e de outras variáveis, não é impossível alterar-lhe o andamento ou o rumo. Entre outros possíveis exemplos, o conceito de “paisagem epigenética” de Conrad Waddington ilustra como um conjunto de vales, num bloco ou maciço de montanhas, permite canalizar ou conduzir processos — de desenvolvimento biológico, no contexto original — que, tal como a metafórica bola no plano inclinado, “procuram” uma forma de libertar a energia potencial armazenada; até atingir um novo patamar de equilíbrio. Dito de outro modo: um acontecimento (*v.g.* geológico, biológico, psicológico, social) não ocorre no vácuo, onde não existem sulcos prévios, obstáculos ou acidentes. Antes pelo contrário, mesmo a mais violenta ou cataclísmica das revoluções sociais pode seguir, pelo menos parcialmente ou transitoriamente, um trilho previamente traçado. Traçado nomeadamente pelas circunstâncias que, no fundo, a fizeram eclodir.

5 No original: “De là vient que quand un temps de calme succède à une révolution violente, les grands hommes semblent disparaître tout à coup et les âmes se renfermer en elles-mêmes”. Tocqueville, A. (1835, 1840). *De la démocratie en Amérique* (Chapitre II. — Des partis aux États-Unis). Paris: C. Gosselin.

Nesse sentido, enfrentar a marcha imparável dos acontecimentos pode não ser um mero exercício de vaidade, de loucura, de total futilidade, inutilidade ou vacuidade. Pode ser, e é muitas vezes, uma tentativa séria, real, de apropriação – no imediato — dos próprios acontecimentos⁶, procurando aprisioná-los e domá-los, tentando regular-lhes a marcha ou alterar-lhes o rumo. E a realidade parece confirmar esta ideia, de tal modo não é raro constatar o quanto os sistemas hegemônicos ou totalitários — entre outros oportunismos — procuram enfrentar até mesmo esta classe extrema de acontecimentos, tantas vezes com uma ousadia e uma arrogância à altura do seu desejo de onipotência. Procurando, justamente, domá-los, regulando-lhes a marcha e alterando-lhes o rumo.

Pode ser, também e por outro lado, uma tentativa também muito séria, também muito real — e muito eficaz, aliás — de apropriação de um passado⁷ que geralmente acaba de ocorrer e que, nalguns casos, poderá ter deixado a vasta multidão num estado dócil; de entorpecimento e perplexidade, por exemplo, perante acontecimentos traumáticos. Desde que influencie gravemente a comunidade, tal como é suposto suceder (por definição) com todos os grandes acontecimentos, ficará registado ou impresso na sua memória. A memória dessa comunidade é, por assim dizer, o rasto da sua vivência, que vai ficando atrás de si. E o rasto do passado é uma tentação *demasiado grande* para todos os oportunismos que depressa se mobilizarão para conseguir tirar proveito das circunstâncias; sobretudo num período de revolução, de mudança, de confusão, de caos, de dor. Não é sobretudo por acaso que, por exemplo, na acalmia que se segue à revolução violenta atrás aludida por Tocqueville, surgem do nada e de forma persistente um número estranho de heróis, de heroínas e de putativos gestos de heroísmo,

⁶ Mais precisamente, da forma como são percebidos pelo senso comum. Uso aqui alguma liberdade poética, essencialmente por uma questão de estilo e conveniência de exposição.

⁷ Em rigor, e uma vez mais, da forma de o perceber.

que, não por acaso, tinham até aí passado despercebidos. Pela mais simples, pela mais básica de todas as razões: porque nunca existiram. Porque foram fabricados, criados ou grandemente exagerados, para aproveitar a ocasião. Tal como as lendas e sagas que irão, a partir daí, glorificá-los como meios deuses ou meias deusas, e confirmar a sua morada no Olimpo.

O passado pode possuir (ou não) ainda uma parte da força do presente, mas é em regra, à escala da memória humana, perigosamente dúctil. É moldável com alguma facilidade. Neste como noutros casos, “a memória é a vida, sempre trazida pelos grupos vivos e, por essa razão, ela está em evolução permanente, aberta à dialéctica da lembrança e do esquecimento, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, susceptível de longas latências e frequentes revitalizações”⁸. A memória, ainda neste caso, é mais do que isso: é história, e nesse sentido remorso; é consciência histórica; é memória plural, e nesse sentido memória histórica; é a imagem que cada um tem de si mesmo e dos outros, individualmente ou em grupo. É uma força notável, não porque através dela seja possível parar a marcha dos acontecimentos, mas pelo seu poder instrumental para influenciar o modo como são percebidos⁹.

É evidente que nem todos os acontecimentos são grandes, ecuménicos ou catastróficos; ou inevitáveis ou fatais. Pelo contrário, alguns não são sequer acontecimentos: são falsos acontecimentos. E

8 Nora, P. (1984). Entre Mémoire et Histoire: La problématique des lieux. In *Les lieux de Mémoire, Vol. I: La République*. Paris: Gallimard, p. xix., como citado em Torgal, 1989, p. 20.

9 As duas últimas frases condensam, de forma grosseira, algumas das proposições apresentadas sinteticamente por Torgal (1989) na introdução a *História e ideologia*, proposições que são desenvolvidas de diferentes formas ao longo dessa obra, articuladas em torno da ideia base de que a história tem uma relação profunda com a ideologia, ou as ideologias. O meu intuito e o contexto em que o faço são muito diferentes, naturalmente; este não é um artigo de História nem a história é a sua única ou principal razão de ser. Mas defendo uma tese semelhante acerca da manipulação da história, neste caso da Psicologia, como forma de obter e perpetuar o poder, neste caso por parte daquilo a que se tem chamado a Psicologia dominante.

essa é justamente uma das razões pelas quais a sua conquista se tornou um reflexo — mais do que uma simples tendência generalizada — para muitos oportunismos e para muitos sistemas hegemônicos de poder (ainda que não sejam os únicos a fazê-lo), na tentativa persistente e despuorada de rever e rescrever a sua história; jogando com as latências da memória, revitalizando-a naquilo que lhes interessa; insinuando-se nos vazios criados por essa estranha disputa entre a lembrança e o esquecimento. Mostrando quão bem compreendem a utilidade instrumental do passado, tanto na sua ductilidade, que permite martelá-lo e trabalhá-lo, como na sua virtualidade de se estender até ao presente e de nele sobreviver, condicionando-o, influenciando-o; modelando-o até. Mexer no passado é, em grande medida, mexer no presente. Algo que foi totalmente compreendido pela corrente dominante em Psicologia.

3. O CASO PARTICULAR DA PSICOLOGIA

Em Ciência, como em vários outros campos, a história e o conhecimento do passado são intensamente importantes, por vezes fundamentais, por variadas causas e em particular para permitir compreender e assimilar o presente. De modo a que, por exemplo, as novas gerações apreendam aquilo que estudam, as razões de ser daquilo que estudam, as formas através das quais se chegou aos conhecimentos presentes, assim como as várias limitações desses conhecimentos, nomeadamente para se evitar repetir erros passados ou evitar seguir pistas que conduziram a becos sem saída. Neste domínio particular, a Psicologia não é diferente nem é um caso único ou especial.

Contudo, para o grupo ou corrente que a domina e determina uma parte importante dos seus destinos, desde há mais de meio século, assim como para a sua historiografia instituída, é incómodo ou muito inconveniente olhar para trás e narrar o que realmente se passou. Para essa Psicologia, é preferível e muito mais útil criar uma versão

edulcorada, ornamentada, fertilizada por fabelas, lendas, exageros, jactâncias ou juízos morais, marcada por acontecimentos inventados ou prodigamente embelezados, despolitizada, sem guerras nem cadáveres, sem conflitos, discórdias ou controvérsias. É-lhe preferível perfilhar um discurso triunfalista, autocongratulatório, pontuado por supostos marcos que lhe permitem celebrar a todo o momento os mitos acerca da sua suposta origem, do seu suposto progresso, das suas supostas revoluções¹⁰. Também desse modo, a Psicologia dominante consegue legitimar a sua existência e, sobretudo, o seu papel aos comandos da própria disciplina; dando à comunidade, incluindo as novas gerações, a ideia de que a história da Psicologia é a narrativa de uma caminhada triunfal e que não vale, por conseguinte, a pena questionar os destinos da disciplina.

Em parte para criar consensos em torno da sua suposta importância, em parte para legitimar o seu poder mais do que discutível, a Psicologia dominante reduz de forma teimosa a pluralidade da memória histórica de toda a disciplina a um discurso linear e encomiástico à magnitude fabricada dos seus (supostos) grandes vultos, assim como das suas supostas grandes instituições. E no meio da sua narrativa mitológica, consagrada pela sua historiografia oficial, surge em grande destaque, como um grande feito, a aplicação dos testes para putativamente medir a inteligência aos recrutas do exército americano, em vésperas de partir para a Grande Guerra na Europa: os chamados “Army Alpha” e

10 Entre outros, Richelle (2002) faz notar que um olhar sobre a história da Psicologia ajudaria cada nova geração a superar algumas das suas falhas, a começar por uma complacência ingénuo para acreditarem que a sua geração está no centro de uma revolução, em vez de perceberem as mudanças que ocorrem na sua disciplina como etapas de uma evolução. É claro que podem acontecer mudanças de paradigma em Psicologia, insiste o autor, tão ou mais importantes do que aquelas que ocorrem noutras ciências. Mas em todos os casos, tais mudanças, por dramáticas que sejam na aparência, só se concebem em relação àquilo que as precede; uma coisa é a condição da outra. Negligenciando isso, a Psicologia enquanto comunidade perde o sentido de continuidade e da natureza cumulativa do seu empreendimento científico. Para os triunfalismos da Psicologia, sejam eles freudianos, behavioristas, construtivistas, cognitivistas ou outros do mesmo género, não existe melhor antídoto do que as lições da história (p. 233).

“Army Beta” — destinados a recrutas alfabetizados, ou não. Episódio oficialmente comemorado como o grande acontecimento da década de 1910, mas que, para além de constituir uma forma assaz óbvia de logro científico, apresenta nas suas consequências algumas semelhanças inquietantes com um dos episódios mais lúgubres da história da Ciência e, de um modo geral, da humanidade: o “lysenkismo”.

Com efeito, o *Immigration Restriction Act* de 1924 (cf. *v.g.* Gould, 1981, p. 161) assim como — e sobretudo — a promoção de políticas eugénicas fazem parte do conjunto dessas consequências, que vieram a tornar os Estados Unidos o primeiro país do mundo a promulgar programas de esterilização compulsiva (em 1897, no estado do Michigan) e, possivelmente, o último no mundo ocidental a retirá-los — em 1981 decorreu a última intervenção, no estado do Oregon, embora o *Oregon Board of Eugenics*, mais tarde apelidado *Board of Social Protection*, tenha existido até 1983. Sem estar aqui a fazer um processo do passado, é importante sublinhar que o *Immigration Restriction Act* teve a sua fundamentação na teoria do QI hereditário que, por sua vez, foi fundamentada pela aplicação desses supostos testes de inteligência ao exército durante a Grande Guerra. Isto é, tal como nota ainda Gould (1981), os resultados de tal aplicação, ainda que fraudulentos, proporcionaram os elementos técnicos necessários para a institucionalização da própria ideologia hereditarista (pp. 161 e 241). Sendo igual modo de sublinhar que, em termos genéricos, as políticas eugénicas estão estreitamente ligadas a Galton, por razões óbvias, aos seus seguidores (entre os quais pontifica o seu protegido, Pearson) e continuadores (como Cyril Burt) e, de um modo geral, ao seu paradigma, que, com algumas modificações, viria a constituir o núcleo da corrente dominante da Psicologia¹¹.

11 Thomas Leahey (1997), cuja clássica e venerada história da Psicologia constituiu parcialmente uma ode à psicologia americana, descreve as relações entre esses vários autores, sem contudo comprometer a corrente dominante da Psicologia, da seguinte forma: “Galtonians regarded the recent immigrants and the Blacks as Prospero regards Caliban in Shakespeare’s *The Tempest*: ‘a devil, a born devil, on whose nature,

4. PARÊNTESE BREVE: O CASO LYSENKO E O “LYSENKISMO”

Não é este o local para analisar, nem laconicamente, o caso Lysenko e sobretudo o “lysenkismo”, esses trinta e cinco anos de irracionalidade brutal, na palavra de Joravsky (1970), da qual viria a resultar, de uma forma ou de outra, a morte à fome de milhões de pessoas na antiga União Soviética. Seriam necessárias muitas páginas para o fazer. Abra-se contudo e apenas um parêntese breve nesta reflexão crítica acerca das pequenas e grandes mistificações na história da Psicologia para o referir, de modo somente superficial, desde logo naquilo que ele exemplifica de totalmente errado na apropriação da Ciência pelo dogma e pelo preconceito; ou ainda na subjugação do conhecimento científico (e da sua busca) ao fanatismo e ao fundamentalismo; ou mesmo à utilização completamente pervertida e fraudulenta da autoridade científica para supostamente justificar e validar políticas sociais mais do que simplesmente duvidosas — como o racismo, que tinha estado duas décadas antes na base da aplicação dos (supostos) testes de inteligência aos recrutas do exército dos Estados Unidos.

“A história bizarra deste homem”, afirma Sacarrão (1989), “constitui um dos capítulos mais estranhos da história recente da biologia” (p. 302). Apesar de nunca ter conseguido provar nenhuma das suas proposições supostamente científicas, e apesar de vários malogros na prática, Lysenko, sublinha Sacarrão (p. 303), conseguiu impor a

nurture can never stick.’ The army tests, said the Galtonians, demonstrated those groups’ irredeemable stupidity, fixed in the genes, which no amount of education could improve. Because education was helpless to improve the intelligence, morality, and beauty of Americans, they concluded, something would have to be done about the stupid, the immoral, and the ugly, were America not to commit ‘race suicide.’ Specifically, according to Galtonians, inferior stock would have to be prevented from immigrating to America and those American already here but cursed with stupidity or immorality would have to be prevented from breeding. Galtonians sought, therefore, to restrict immigration to persons whom they regarded as the better sort of people, and to implement negative eugenics by preventing reproduction among the worst sort of people. Although they were only occasionally leaders in the politics of immigration and eugenics, psychologists played an important role in support of Galtonian aims” (p. 358).

sua teoria e decretar a falsidade da genética, desacreditando na URSS a teoria cromossômica da hereditariedade, levando à suspensão dos estudos sobre a Genética, à destituição de investigadores e à prisão e exílio para a Sibéria, onde veio a morrer, de Nikolai Vavilov, cientista de grande reputação internacional, que dirigira importante investigação genética. “Conhecem-se diversas grandes mistificações científicas, mas o caso Lysenko é, provavelmente, o que ganhou maiores proporções e o que se traduziu por maior fanatismo. É certo que o nazismo inventou uma antropologia para uso próprio e serviu-se fraudulentamente da ciência para instaurar uma falsa biologia racial, e à sua sombra praticou genocídios e horrores de difícil paralelo na história. Mas foi uma mistificação colectiva, toda ela emanando afinal da própria ideologia fascista” (*ibidem*, p. 305). O caso Lysenko é diferente: “O lysenkismo foi um movimento de grande importância, não apenas por traduzir uma directa e lamentável intromissão do poder e da ideologia na ciência, com todos os erros e violências consequentes, mas sobretudo porque, apoiado firmemente no poder político, cresceu e perseguiu a comunidade científica. E, assim, o que era falso passou a ser verdadeiro por simples decisão do poder político partidário” (*ibidem*, p. 304).

O episódio dos (supostos) testes de inteligência aplicados aos recrutas do exército norte-americano não conheceu um apoio firme e aberto do poder político, o que aliás seria ilógico de acontecer num país apesar de tudo democrático, como já o eram os Estados Unidos da América no início do século XX. Todavia, as semelhanças entre os dois casos são dignas de reflexão. Até no facto de, num como noutro, o que era falso ter passado a ser verdadeiro; fossem as ideias absurdas de Lysenko sobre a hereditariedade, fossem as ideias não menos absurdas de Robert Yerkes ou de Henry Goddard, entre outros que se lhes seguiram, também sobre a hereditariedade (da inteligência) ou sobre a eugenia ou sobre a suposta psicologia das raças humanas.

5. A APLICAÇÃO EM MASSA DE (SUPOSTOS) TESTES DE INTELIGÊNCIA

A inteligência, mais precisamente a sua definição e a sua suposta mensuração, é um espinho cravado na história e, sobretudo, no processo de cientificação da Psicologia. Tendo-se tornado igualmente, por outro lado e por isso mesmo, uma espécie de doença metafórica no seu corpo. Grande parte do problema pode-se resumir a uma ideia simples: a inteligência poderia e, mais do que isso, *deveria* ser estudada de várias formas, sob diferentes ângulos, muito em particular sob a luz da evolução e do evolucionismo. Como compreender, desde logo, o cérebro humano e a sua assombrosa complexidade e evolução, se não for à luz da evolução?¹² Todavia, a Psicologia dominante reduziu também aqui a pluralidade e complexidade do fenómeno a uma conceitualização estreita, quase monodimensional, baseando-se para tal em pressupostos mais do que discutíveis — e, de qualquer modo, nunca provados — acerca da sua natureza. Pressupostos que, com frequência, se basearam apenas nos preconceitos dos seus defensores, tendo, além disso, sido definidos a partir da linguagem e da cultura que lhes estava na origem e não espelhando nenhuma estrutura natural e universal do ser e do devir humanos, caso exista uma tal coisa.

Nesse sentido, o estudo da inteligência foi e continua a ser um presente envenenado que um certo pragmatismo norte-americano ofereceu à Psicologia, na sua ânsia aflita de tudo reificar e tudo reduzir a números, de operacionalizar e quantificar todas as realidades, mesmo

12 A resposta a uma tal questão transcende por completo o âmbito deste artigo. Poderei apesar disso afirmar que, em si mesma, a evolução representa um dos níveis de análise do comportamento humano na sua globalidade, e não apenas da inteligência, absolutamente necessário ainda que não suficiente; sendo que todos eles são complementares e mais ou menos pertinentes consoante os tipos de questões em estudo. Acerca da assombrosa evolução do cérebro, acrescentarei com Badcock (2009) que “the truth is that [...] we don’t really know why the human brain evolved, what purpose it evolved to serve, precisely who or what benefited from it, how they or it benefited, or why” (p. 33).

(ou sobretudo) as pior compreendidas e mais imperfeitamente definidas. Acreditando, a partir desse passe de mágica, que a realidade medida (a realidade estatística) é a realidade “real” (neste caso, a realidade psicológica); e criando em seguida uma série de tautologias, das quais a mais *panglossiana* deverá ser, justamente, uma das mais repetidas no universo da Psicologia: a inteligência é aquilo que os testes testam. Aliás, mais do que um presente envenenado, foi — e continua sendo — um presente amaldiçoado, no sentido em que, em grande medida, a Psicologia não pode viver com ele; do mesmo modo que não pode passar sem ele. Até porque a mensuração da inteligência tornou-se, e não apenas na América, uma indústria lucrativa.

A matéria é demasiado vasta, além de complexa e matizada por tonalidades de difícil apreensão, para poder ser aqui tratada com o aprofundamento que merece. Direi, todavia, o básico. Por um lado, que grande parte do impulso para estudar a inteligência dessa forma estreita (e preconceituosa e dogmática) nos Estados Unidos foi iniciado por (apenas) um punhado de nomes, ligados ao eugenismo e à suposta Psicologia da Raça e, não obstante estas inclinações duvidosas, amplamente celebrados pela historiografia instituída; tendo em particular muito ficado a dever aos esforços prosélitos dos já citados Goddard e Yerkes. Sendo de notar, por outro lado, que a apropriação desse acontecimento é em si mesmo uma ironia: os testes aplicados talvez medissem, olhando para eles com alguma indulgência, o grau de aculturação aos valores dominantes nos Estados Unidos no início do século XX¹³, mas não eram certamente uma forma de medir a

13 Não são necessários muitos exemplos para perceber o quanto ambos os testes (“Alpha” e “Beta”) eram basicamente testes de aculturação, ainda por cima culturalmente envezados. No caso do teste “Beta”, um teste com ilustrações (para os recrutas iletrados), era necessário estar familiarizado com coisas como o fonógrafo ou a lâmpada incandescente, o que de facto não acontecia com muitos imigrantes recém-chegados à América. No caso do teste “Alpha”, perguntas como “Velvet Joe appears in advertisements of: (tooth powder) (dry goods) (tobacco) (soap)” ou “Christy Mathewson is famous as a: (writer) (artist) (baseball player) (comedian)” são suficientemente reveladoras. Tal como refere Diane Paul (1995), os testes parecem sobretudo uma versão da época do jogo *Trivial Pursuit*.

inteligência. Ou seja, tratou-se de um acontecimento inventado ou prodigamente embelezado, o que é típico, tipicamente despolitizado, sem conflitos, discórdias ou controvérsias. Um falso acontecimento ou, se se preferir, uma mistificação, toda ela emanando, tal como o “lysenkismo”, de uma ideologia, neste caso racista e eugenicista. Um símbolo quase perfeito da jactância e do *modus operandi* dessa clique ou corrente que ainda domina a Psicologia enquanto prática, enquanto disciplina científica e acadêmica. Perante o torpor, a indiferença ou a docilidade mais extraordinária da comunidade.

Gould (1981) consagrou uma parte importante do seu famoso *The mismeasure of man* a uma rara leitura¹⁴ crítica desse episódio; tendo observado desde logo a esse respeito que “a principal repercussão dos testes não proveio da pouco entusiástica utilização que fez o exército dos resultados obtidos pelos indivíduos, mas da propaganda geral que rodeou o relatório de Yerkes sobre os dados estatísticos finais” (p. 204). O próprio Yerkes reconheceu claramente que “salvo poucas exceções, todas [as opiniões dos comandantes militares] se revelaram contrárias ao trabalho dos psicólogos e levaram vários oficiais do Estado-maior a concluir que o trabalho é de pouca, ou nenhuma, utilidade para o exército e deveria ser interrompido”¹⁵. Yerkes não chegou a ser interrompido, devido às suas relações pessoais e às suas diligências, mas prosseguiu sob uma nuvem de suspeita, nomeadamente quanto aos seus propósitos (*ibidem*, p. 211; p. 203). “Um [dos oficiais] chegou

14 A leitura feita por Stephen Gould é rara no sentido de preciosa, mas também no sentido mais literal do termo, uma vez que a extensa monografia de Robert Yerkes raramente foi lida: “Os resultados do trabalho são um desastre vergonhoso, e não apenas por causa do excesso de ambição ou da falta de realismo de Yerkes. Todos os detalhes constam da monografia, mas quase ninguém a lê. O resumo estatístico converteu-se numa poderosa arma social para os racistas e os eugenistas; as suas raízes podres podiam ser detetadas no corpo da monografia, mas quem é que faz indagações para além da superfície quando esta reflete uma ideia que coincide com as suas próprias?” (Gould, *op. cit.*, p. 210).

15 Yerkes, R. M. (1921). Psychological examining in the United States army. *Memoirs of the National Academy of Sciences*, 15, p. 43., como citado em Gould, 1981, pp. 210-211.

à conclusão de que era preciso controlá-lo para que ‘nenhum teórico... possa utilizá-lo como mero pretexto para a obtenção de dados com vistas ao seu trabalho de investigação e ao futuro benefício da raça humana’ (cit. in Kevles, 1968, p. 577)” (*ibidem*, p. 203).

Muito pelo contrário, Boring¹⁶, o putativo “deão” da história da Psicologia, mostrou-se pouco ou nada crítico na sua *magnum opus*, a *History of experimental psychology*, mesmo na versão revista de 1950. Na verdade, introduz o tópico com alguma grandiosidade: “the big event of the decade was the use of intelligence tests in the First World War” (1929/1950, p. 575). Ao que acrescenta, no mesmo tom jubilatório: “The tests were adopted in order to prevent getting feeble-minded incompetence into the ranks. They were successful for that purpose and also proved to be a quick way of getting the brighter recruits sorted out from the duller so that the more competent men could at once be given more responsible work” (*ibidem*). Nada disso é verdade; tais testes não permitiram, nem de perto nem de longe, nada de sequer semelhante. Para além disso, a história que Boring se esquece de contar nestas breves linhas é que, segundo os resultados apurados, os recrutas brilhantes e competentes eram brancos de tipo caucasiano, enquanto que os lentos, estúpidos ou broncos (termos que a Psicologia dominante hoje não toleraria) eram negros.

Boring, que esteve presente, que participou de forma esforçada nessa aplicação como ajudante de Yerkes, estaria à partida numa posição delicada, enquanto historiador, para a julgar¹⁷. Sobretudo porque esse trabalho, sintetizando o relato de Gould (que mais não é do que uma síntese da própria monografia de Yerkes, que ninguém leu) e as

16 Edwin Garrigues Boring (1886–1968) vem sendo considerado há décadas, pela corrente dominante da Psicologia e pela sua historiografia instituída, de forma acrítica e largamente indiscutida, o “deão” da história da Psicologia. Algo que é putativamente sustentado pela estatística, mais do que discutível mas transformada em facto, de ser um dos cem autores mais citados na história da Psicologia. Como se a métrica fosse uma forma não risível de medir a grandeza do verso ou do bardo.

17 Cf. Gould, 1981, pp. 200-244.

suas observações críticas, assentes em raízes podres e cujos resultados são um desastre vergonhoso, foi realizado perante a hostilidade generalizada dos oficiais e o desnorreamento completo de milhares de recrutas que nunca haviam pegado num lápis (ou não conseguiam sequer ouvir ou ver o examinador), sem uniformidade nem critérios fixos, sem coerência nos procedimentos (ou com procedimentos duvidosos e viciados), sob permanentes dificuldades logísticas que impuseram uma distorção sistemática. Ou que houve escamoteamento de correlações óbvias, assim como houve alteração de resultados ou falsificação dos resumos estatísticos, de modo a ultrapassar a óbvia inadequação do teste “Alpha”. E estava numa posição privilegiada para testemunhar o desastre e ponderar sobre as suas muitas deficiências e a fragilidade óbvia, ou nulidade, dos seus resultados. O que não fez.

NOTA FINAL

Apesar das suas várias limitações como historiador, Boring acabou sendo transformado num ícone da historiografia instituída da Psicologia dominante (que no fundo se limitou a continuar a via por ele traçada), e que o celebrou sem vergonha a partir daí, reforçando desse modo a sua suposta autoridade e dando início a um fenómeno cuja lógica circular é insofismável. Em termos simples, ao influenciar toda a Psicologia americana, o livro e a versão de Boring vieram, pela posição dominante que essa mesma Psicologia viria a ocupar no mundo, a influenciar toda a Psicologia ocidental. Levando até a Europa a aprender a sua própria história, ou a história da sua própria Psicologia, através daquilo que a Psicologia dominante entendia, ou entendia entender — ou conseguia entender — dessa mesma Psicologia. E que Boring, em grande parte, se limitou a estenografar.

Há qualquer coisa de absurdo na forma laudatória como a literatura norte-americana de introdução à disciplina se lhe refere, como o deão, na medida em que alude literalmente à dignidade eclesiástica a que

está inerente a presidência do cabido. A dignidade de Boring como historiador é, no mínimo, uma matéria de contenção. Contudo, o seu muito discutível estatuto contribuiu para que a mistificação criada em torno da tão celebrada aplicação dos testes “Army Alpha” e “Army Beta” acabasse por ser perpetuada por quase toda a historiografia, oficial e não oficial, da disciplina; quer nos Estados Unidos da América, quer no resto do mundo.

Tal episódio é, em vários sentidos, uma das maiores mistificações da história e da historiografia da Psicologia dominante, da Psicologia e da Ciência, de um modo geral. Sendo, simultaneamente, uma das mais graves, até porque a historiografia oficial cobriu com um véu de silêncio, quando pelo contrário deveria ter denunciado, as feições mais sinistras de um empreendimento várias vezes fraudulento que não disfarçava sequer os preconceitos racistas de onde partia; os quais obviamente confirmou, à custa de entorses e falsificações. As más consequências imediatas dessa aplicação no desenvolvimento da Psicologia como Ciência nunca foram contabilizadas. Mas são, contudo, pequenas quando comparadas com as consequências da sua aplicação social. Tal como defende Gould (1981), sintetizando o episódio e algumas das suas ramificações, “os caminhos da destruição muitas vezes são indirectos, mas as ideias podem converter-se em meios tão eficazes quanto os canhões e as bombas” (p. 244). Com efeito, as ramificações sociais dessa mistificação são comparáveis, mesmo que possam não ter tido a mesma gravidade, às do “lysenkismo”, uma das mais sinistras mistificações da história da Ciência — ou, em rigor, da falsa ciência. A promoção de políticas eugénicas, assim como a promulgação de programas de esterilização compulsiva atrás referidas, são um exemplo desumano de tais ramificações, num dos países onde menos se esperaria vir a encontrá-las. Aliás, quando a questão das esterilizações

compulsivas foi levantada nos julgamentos de Nuremberga, vários nazis defenderam-se, afirmando que a inspiração viera dos Estados Unidos¹⁸.

BIBLIOGRAFIA

- Bachelard, G. (1971). *Épistémologie: Textes choisis*. Paris: PUF.
- Badcock, C. (2009). *The imprinted brain. How genes set the balance between autism and psychosis*. London & Philadelphia: Jessica Kingsley Publications.
- Boring, E. G. (1929/1950). *A history of experimental psychology* (2nd ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Gould, S. J. (1981). *The mismeasure of man*. New York & London: W. W. Norton & Company.
- Joravsky, D. (1970). *The Lysenko affair*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kevles, D. (1985). *In the name of eugenics: Genetics and the uses of human heredity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Leahey, T. L. (1997). *A history of psychology: Main currents in psychological thought* (4th ed.). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- Paul, D. (1995). *Controlling Human Heredity: 1865 to the Present*. Amherst, NY: Humanity Books.
- Richelle, M. (2002). Psychologie et histoire. Une réflexion à double sens. *Anuario de Psicología*, 33(2), 231-247.
- Sacarrão, G. F. (1989). *Biologia e sociedade I: Crítica da razão dogmática*. Mem Martins: Europa-América.
- Tocqueville, A. (1835, 1840). *De la démocratie en Amérique*. Paris: C. Gosselin. [Trad. port.: *Da democracia na América*. Cascais: Principia, 2001].
- Torgal, L. R. (1989). *História e ideologia*. Coimbra: Minerva.
- Urbano, P. (2007). *Da história e epistemologia da Psicologia* (Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/7483>.

18 Para um panorama geral das políticas eugénicas e de esterilização nos Estados Unidos, veja-se por exemplo: *In the name of eugenics: Genetics and the uses of human heredity* (Kevles, 1985).